



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

**GT 02 – Organização e Representação do Conhecimento**

**GARANTIA CULTURAL, GARANTIA ÉTICA E HOSPITALIDADE NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO**

***CULTURAL WARRANT, ETHICAL WARRANT AND HOSPITALITY IN KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION***

**Rita Costa Veiga Zamboni<sup>1</sup>, Marivalde Moacir Francelin<sup>2</sup>**

**Modalidade da apresentação:** Comunicação Oral

**Resumo:** Reflexão sobre questões éticas que se apresentam na organização e representação do conhecimento na atualidade. Procura identificar de que modo a presunção de neutralidade/ universalidade/ invisibilidade do trabalho e dos sistemas construídos para a organização e representação do conhecimento podem favorecer a existência de vieses de gênero, raça, religião e língua, que permitem a marginalização de tópicos e comunidades discursivas. Indica possíveis maneiras de construir sistemas de organização e representação do conhecimento éticos, por meio dos conceitos de garantia cultural, garantia ética e hospitalidade.

**Palavras-chave:** Organização do conhecimento. Ética. Garantia cultural. Garantia ética. Hospitalidade.

**Abstract:** *This article discusses ethical issues in the development of knowledge organization and representation systems. It looks to describe how the presumption of neutrality/ universality/ invisibility in library practice may allow for biases in gender, race, religion, language, etc. and the existence of marginalized topics and discursive communities in its knowledge organization and representation systems. It indicates possible ways to promote an ethical construction of systems of knowledge organization and representation through the concepts of cultural warrant, ethical warrant and*

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Informação (ECA - USP)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação (Universidade de São Paulo - USP)

*hospitality identified in the literature survey.*

**Keywords:** *Knowledge organization. Ethics. Cultural warrant. Ethical warrant. Hospitality.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as questões éticas que se apresentam na construção de instrumentos de organização e representação do conhecimento e da informação na atualidade.

Procura identificar de que modo a presunção de neutralidade/ universalidade/ invisibilidade do trabalho e dos sistemas construídos para a organização e representação do conhecimento podem perpetuar a existência de vieses de gênero, raça, religião e língua, cerceando a representatividade de determinadas comunidades discursivas. Busca também discutir a relação entre os conceitos de garantia cultural, garantia ética e hospitalidade, com vistas a apontar para possíveis caminhos para a organização e representação éticas da informação e do conhecimento. Tais conceitos têm em comum a preocupação com a ética, abordada por diferentes ângulos e com diversos pontos em comum. Descrever as divergências e convergências nesses conceitos pode contribuir para identificar as relações entre a ética, a diversidade cultural e as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, baseada em revisão de literatura, que apresenta reflexões e apontamentos resultantes de investigação científica em curso. Parte da hipótese de que, na atualidade, a diversidade cultural é um elemento contextual significativo e que traz uma série de implicações para a elaboração e utilização de sistemas de organização e representação da informação e do conhecimento. Desse modo, busca fazer um levantamento das estratégias teórico-metodológicas que a Ciência da Informação, na área da Organização do Conhecimento, apresenta para lidar com as necessidades informacionais surgidas nesse contexto e destaca a garantia cultural, a garantia ética e a hospitalidade como eixos centrais da discussão.

## **2 A ÉTICA E AS SUAS QUESTÕES NA ATUALIDADE**

No contexto filosófico, a ética é um tema recorrente e importante. Entendida como um conjunto de valores e costumes de uma determinada comunidade ou sociedade, a ética representa uma série de questões que vão desde a relação entre bom e mau, certo e errado, até o desenvolvimento de princípios fundamentais sobre direitos e deveres no convívio social.

De acordo com esse entendimento, a ética apenas pode ser analisada quando definida em um contexto histórico e social. Para Marcondes (2007, p.10),

[...] a ética não pode ser vista dissociada da realidade sociocultural concreta. Os valores éticos de uma comunidade variam de acordo com o ponto de vista

histórico e dependem de circunstâncias determinadas. O que é considerado ético em um contexto pode não ser considerado da mesma forma em outro. Por exemplo: os sacrifícios humanos eram práticas normais em algumas sociedades, como entre os antigos astecas e mesmo na Grécia arcaica; hoje, entretanto, nos causam horror e parecem uma barbaridade. Outro exemplo menos drástico é o da poligamia e do concubinato, condenáveis em nossa sociedade, mas admissíveis em outras culturas e religiões.

Além dos exemplos práticos que podem ser encontrados ao longo da história e em diversas sociedades e culturas contemporâneas, o tema ética apresenta muitas variações teórico-conceituais e diversas abordagens nos contextos do conhecimento filosófico e científico. Nesses contextos a ética já foi usada para definir critérios que vão desde a virtude humana até o uso da linguagem nas formações discursivas.

Como a Ciência da Informação transita por diversos cenários da informação, a ética é um elemento cada vez mais importante para os estudos no campo (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008). Quando se trata de pensar a organização e a representação do conhecimento na atualidade, é necessário enfatizar a complexidade das relações humanas, sociais e culturais. Por que isso é necessário? É necessário porque a ORC (Organização e a Representação do Conhecimento) objetiva, segundo Guimarães et al (2007, p. 80), o conhecimento socializado e registrado e tem, como principal função, a “mediação entre a informação e o usuário”.

Capurro (2010, p. 1) entende a ética como “uma reflexão sobre a moral” e direciona seus estudos para a ética da informação e para a ética intercultural da informação. Segundo o autor, os conceitos começaram a tomar corpo com o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação), que trouxeram novos desafios éticos para a área. As TICs, em conjunto com a diversidade de princípios e valores morais de diferentes culturas (colocadas em contato ainda mais estreito pelas referidas tecnologias), evidenciaram as questões éticas da informação e do conhecimento que, anteriormente, pareciam estar à margem do cenário social e cultural.

Como coloca Beghtol (2002, p. 526):

No ambiente informacional eletrônico globalizado, a criação, busca, disseminação e uso informação não são limitados por tempo, espaço ou comunidades discursivas estáticas. Como podem os sistemas de representação e organização do conhecimento responder aos desafios éticos que surgem dessas novas circunstâncias?

No campo da Organização do Conhecimento, os autores chamam a atenção para os conceitos de garantia cultural, garantia ética e hospitalidade cultural, que levantam a importância de levar em consideração as particularidades culturais dos indivíduos, permitindo sua visibilidade nos sistemas de informação e assegurando que novos conceitos e relações sejam incorporados aos sistemas de maneira ética. Nesse sentido, os novos cenários do

conhecimento têm considerável impacto teórico e conceitual sobre o campo.

### **3 OC – ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Hjørland (2008, p.86) identifica dois significados para o termo Organização do Conhecimento. Em seu sentido mais específico, o termo diz respeito às atividades de descrição de documentos, indexação e classificação executadas em bibliotecas, arquivos e instituições similares. Em seu sentido mais amplo o termo se refere às instituições e grupos que se ocupam da produção e disseminação do conhecimento.

Essa distinção é importante na medida em que, para o autor, o sentido amplo do termo pode contribuir para o desenvolvimento do sentido estrito da Organização da Informação, incorporando outras disciplinas, como a sociologia do conhecimento, às abordagens teóricas discutidas pela Ciência da Informação.

Assim, para Hjørland, algumas abordagens para a Organização da Informação se destacam como perspectivas teóricas. Os sistemas de classificação bibliográfica tais como a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal e a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos são exemplos da abordagem descrita como tradicional.

Embora, tal abordagem não tenha propriamente uma teoria unificada correspondente ao conceito, alguns princípios podem ser atribuídos a ela: o princípio do vocabulário controlado, a regra de Cutter sobre especificidade, o princípio de garantia literária de Hulme e o princípio de organização do geral para o específico (HJØRLAND, 2008, p.89).

Smiraglia (2014, p.40) coloca como origens da Organização do Conhecimento a bibliografia, a editoração, a biblioteconomia, a educação acadêmica e a documentação, dentre outras áreas.

Estas raízes parecem ter atribuído à Organização do Conhecimento um caráter multidisciplinar e uma abertura ao diálogo com outras áreas do conhecimento. Como nota-se adiante, diversos autores optam por incluir perspectivas da sociologia, dos estudos feministas e das teorias pós-coloniais em suas discussões sobre ética e cultura na Organização do Conhecimento.

### **4 UNIVERSALIDADE**

Segundo Olson (2001a), a presunção de universalidade permeia os sistemas de organização do conhecimento, como os cabeçalhos de assunto e as classificações bibliográficas. Em *Classification and universality: application and construction*, Olson

aponta para o fato de que a classificação costuma ser vista como um aspecto essencial e natural no processo de conhecer.

Olson cita o trabalho de W. C. B. Sayers, que afirma que “não podemos raciocinar, nem mesmo do modo mais simples, a menos que tenhamos em maior ou menor grau a capacidade de classificar” (SAYERS, 1926, p.21 apud OLSON, 2002, p. 377). Olson pondera que a visão de Sayers, embora extrema, ainda permeia grande parte do pensamento sobre classificação na atualidade.

Retomando o a palavra, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define a classificação segundo dois campos de aplicação. Na psicologia é um processo mental que reúne e separa coisas de acordo com suas semelhanças e diferenças. Já na filosofia, a classificação é o

[...] agrupamento real, ou ideal, daquilo que é semelhante e a separação do que é diferente. Em geral, a classificação é o ato da divisão, em várias classes, de um conjunto de objetos. É também o produto que resulta da operação precedente, quando esta dá como resultado um sistema coerente e estruturado (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 84)

Esta visão da classificação na organização e representação do conhecimento, que parece concordar com a visão de Sayers, é encontrada na literatura da área no Brasil. Em Barbosa (1969, p. 13), a classificação é “[...] um processo mental pelo qual as coisas, seres ou pensamento, são reunidos segundo as semelhanças ou as diferenças que apresentam”. Piedade (1983, p. 16) adota definição similar: “Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”.

Os termos “semelhanças” e “diferenças” são os princípios norteadores da classificação na cultura Ocidental, mas “[...] essas concepções de classificação não são necessariamente os fatores neutros que podem parecer à primeira vista” (OLSON, 2002, p. 380). A lógica das semelhanças e diferenças desconsidera o fato de que aquilo que se define como semelhante é culturalmente determinado e hierarquizado de acordo com categorias supostamente essenciais, naturais e universais.

Essa rigidez oferece dificuldades para a incorporação de novos conhecimentos. Esses novos conhecimentos produzem justamente o elemento “novo”, ou seja, um traço que não estaria em total conformidade com as categorias previamente estabelecidas. Em sistemas de classificação cuja faceta primária (“a semelhança fundamental”) seria a divisão em disciplinas (como a Classificação Decimal de Dewey, por exemplo), essa dificuldade

ficaria evidente em todo material classificado que não estiver em conformidade com as categorias dadas, o que é o caso do conhecimento multidisciplinar cada vez mais disseminado.

Afetaria igualmente o conhecimento produzido ao largo dos circuitos já legitimados. A organização do conhecimento traz consigo vieses de gênero, raça, idade, nacionalidade, língua, religião, dentre outros. Uma consequência de tais vieses é a dificuldade que um usuário terá ao pesquisar assuntos à margem das disciplinas eleitas como universais. Nesse sentido, instituições que organizam o conhecimento “[...] refletem as marginalizações e exclusões da sociedade a que servem”. (OLSON, 2001b, p. 639)

Segundo Olson, a estrutura imposta pela categorização dos sistemas de organização da informação potencializa os conhecimentos que neles se encaixam, e elevam tais conhecimentos à condição de verdades, ao mesmo tempo que desqualificam ou apagam aqueles que não se encaixam na agenda de poder pelos quais são sustentados.

É nesse contexto que Gnoli (2008, p. 141), destaca a questão de como a garantia de ponto de vista pode ser respeitada. Para o autor, a organização da informação se dá de formas diferentes para comunidades diferentes. Nesse sentido, a divisão em classes principais, comum aos sistemas de classificação mais utilizados, pode ser útil para os que procuram informação dentro de tal escopo. Contudo, tais sistemas não serão tão úteis para usuários que buscam informação em campos interdisciplinares, ou que não adotam a perspectiva da comunidade dominante.

## **5 INVISIBILIDADE**

Para García Gutiérrez (2011), o processo de classificação é frequentemente visto como um elemento neutro e não ideológico, apesar de produzir ideologia e cultura. A classificação tal como foi desenhada/ utilizada até agora teria em seu caráter redutor metonímico um elemento poderoso de conversão das culturas do mundo em visões parciais e tendenciosas. Nesse sentido, a classificação consistiria em operações essencialistas que organizariam o mundo a partir de uma lógica reducionista.

A introdução do pluralismo ético na classificação se daria através do processo de desclassificação, uma operação que requer a consciência da incompletude, do viés, e da subjetividade explícita. A desclassificação implicaria introduzir o princípio da contradição na classificação, admitindo que “[...] uma coisa também é sempre outra coisa [...]” e que “[...] uma coisa pode sempre ser outra coisa” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 11)

A contradição permitiria ver a lógica como uma estrutura culturalmente determinada, e não universal. García Gutiérrez (2011) coloca que todas as culturas e matrizes cognitivas

buscam evitar a contradição em seu interior ao mesmo tempo em que a utilizam para apontar a falha no pensamento (do) outro.

É no território da contradição que García Gutiérrez (2006) instala a desclassificação. Em suas palavras,

[...] desclassificar, isto é, desmontar uma estrutura de ordenação dominante – geralmente hierárquica – implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura. Como consequência, desclassificar suportaria, no limite, classificar. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 110)

Contudo, enquanto a classificação seria hermética, a desclassificação teria um caráter aberto, operando com categorias abertas. Tais categorias abertas seriam mais condizentes com a preocupação de garantir que aspectos éticos sejam observados nos processos e produtos da organização da informação e do conhecimento.

Para Mai (2013, p. 242), as classificações refletem a realidade, que é tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Para o autor, é tarefa do profissional da informação procurar minimizar o dano causado por essa característica intrínseca das classificações que são, conforme já mencionado, relativas, atreladas a contextos específicos e culturalmente motivadas.

Segundo Hjørland (2008), a análise de domínio é um ponto de vista sociológico-epistemológico que atrela o processo de tratamento da informação às necessidades de um determinado grupo de usuários e/ou a uma finalidade determinada.

Uma descrição nunca é objetiva ou neutra, e o objetivo não é padronizar descrições ou fazer uma descrição para todos os grupos de usuários. [...] Diferentes pontos de vista requerem diferentes sistemas de organização. (HJØRLAND, 2008, p. 95).

Nessa abordagem, parte-se do princípio de que a ideia de neutralidade, objetividade e universalidade de um sistema de representação do conhecimento não corresponde à realidade.

## **6 GARANTIA CULTURAL E GARANTIA ÉTICA**

Nesse sentido, no que diz respeito à aparente neutralidade de sistemas de organização da informação, a análise de domínio tem pontos em comum com a noção de garantia cultural.

No campo da Organização do Conhecimento, o termo “garantia” (*warrant*, em inglês) é utilizado para designar o embasamento que respalda a elaboração e a utilização de um sistema de organização e representação da informação e do conhecimento. O termo traz consigo as noções de autorização, certificação, sanção, validação, justificativa, razão, embasamento. Traz também as noções de aprovação e (garantia de) qualidade. Na definição de Clare Beghtol, são destacados os sentidos de “justificar” e “validar” do termo.



Segundo Beghtol (1986, p. 110),

[...] a garantia de um sistema de classificação pode ser pensada como a autoridade que um classificador invoca, primeiramente, para justificar e, posteriormente, para validar decisões sobre quais classes/ conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/ conceitos devem aparecer nas tabelas, em quais unidades as classes/ conceitos estão divididas, até que ponto a subdivisão deve continuar, quanta síntese está disponível e onde, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis e questões similares.

A autora identifica a garantia cultural como a base de métodos éticos de tomada de decisão. Partindo da noção de que os termos, categorias ou classes de um sistema de representação e organização do conhecimento são garantidos por culturas pessoais e profissionais de usuários e profissionais da informação, “[...] a garantia cultural fornece a fundamentação e autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um determinado sistema”. (BEGHTOL, 2005, p.904)

A garantia cultural está também relacionada à suposição de que a cultura na qual um determinado sistema de organização e representação da informação e do conhecimento está baseado facilitaria o acesso de membros dessa mesma cultura e, por outro lado, dificultaria o acesso de membros de outras culturas. Nesse sentido, Beghtol (1986, p.119) destaca que não há conteúdos culturais que sejam universalmente aplicáveis.

Ainda segundo a autora, a garantia cultural é a suposição de que indivíduos em culturas diferentes precisam de diferentes tipos e meios de acesso à informação. Isso quer dizer que

[...] garantia cultural significa que qualquer tipo sistema de representação e/ou organização do conhecimento pode ser melhor apropriado e útil para indivíduos de uma cultura somente se for baseado nas crenças, valores e predisposições daquela cultura. (BEGHTOL, 2002, p.511)

Indivíduos de uma cultura que precisam utilizar um sistema que não foi concebido de acordo com sua visão de mundo podem ter dificuldade em encontrar informação. Sem a garantia cultural, a pretensa invisibilidade do sistema não passa no teste mais relevante: satisfazer a necessidade informacional de todos e de cada um de seus usuários.

Se diferentes sistemas de organização do conhecimento podem ser construídos segundo a ótica de diferentes culturas, segue que tais sistemas também são, em si, produtos culturais. Em outras palavras, como descrevem Bowker e Star (2000), os sistemas de organização do conhecimento são construtos políticos que, dentro de uma determinada cultura, tendem a se apresentarem como invisíveis (ou aparentemente neutros) aos seus usuários.

Bowker e Star (2000) propõem três características que poderiam facilitar a incorporação de uma dimensão ética em sistemas de organização da informação e do conhecimento. Os autores destacam a importância de: a) reconhecer a ambiguidade como elemento presente em contextos culturalmente diversos; b) tornar as vozes recuperáveis tornando o sistema flexível politicamente; c) ter sensibilidade para detectar exclusões.

## **7 HOSPITALIDADE**

Levando em consideração alguns dos pontos indicados, Beghtol (2002) propõe a utilização e ampliação do conceito de hospitalidade para dar conta dos desafios éticos dos sistemas de representação e organização da informação.

Na literatura sobre classificação bibliográfica, a hospitalidade é um valor atribuível a uma classificação. Para Sayers (1922), o grau de hospitalidade de uma classificação é sua generalidade, ou sua exaustividade. Também chama a hospitalidade de ajustabilidade, flexibilidade e expansibilidade. Sayers (1922, p. 32) escreve que uma classificação “[...] deveria enumerar em suas tabelas todas as partes do assunto, ou dar os nomes de todo objeto que possa ser classificado naquela tabela”. O autor pondera que tamanha abrangência seria impossível de se alcançar na prática, mas que uma classificação bem construída deve ter tal princípio como ideal.

A utilização do termo no início do século XX difere em alguns pontos de sua utilização na atualidade. Beghtol (2002, p. 518) define a hospitalidade como a “[...] habilidade de uma notação classificatória de incorporar novos conceitos e de estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre conceitos antigos e novos”. Nesse sentido, os significados são similares, e estão basicamente relacionados à flexibilidade da notação do sistema.

Tal flexibilidade pode existir em diversos níveis. Um sistema pode, por exemplo, incorporar com extrema facilidade novos conceitos quando provenientes de determinadas áreas de estudo ou grupos culturais previamente estabelecidos. Contrariamente, pode ser pouco flexível quando se trata de incorporar conceitos advindos de novas áreas de estudo ou determinados grupos culturais.

Beghtol sugere que o conceito de hospitalidade pode ser ampliado, primeiramente, por meio da ênfase na utilização de técnicas para a introdução de novos conceitos a um sistema, deixando a questão da notação em segundo plano. Em segundo lugar, a autora sugere a utilização de técnicas para incorporar não somente novos conceitos, mas novas *garantias culturais* ao sistema.

Precisamos tornar cada sistema de representação e/ou organização do conhecimento que, por definição, é baseado em uma garantia cultural ‘permeável’ (OLSON, 1996, p.9) a outras garantias culturais e aos níveis e camadas específicos de cada escolha individual de usuários em cada cultura. (BEGHTOL, 2005, p. 518)

Assim, o viés cultural da hospitalidade está relacionado à flexibilidade (“permeabilidade”) do sistema para acomodar novos conceitos e garantias de modo pluralista, facilitando a representatividade de culturas diversas. Na definição de Beghtol (2005, p. 905), a “[...] hospitalidade cultural significa que um sistema de representação e organização do conhecimento idealmente pode acomodar as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as crenças de quaisquer indivíduos, grupos ou comunidades”.

Tanto o conceito de garantia cultural como o de hospitalidade cultural devem atender às necessidades individuais de usuários pertencentes a diferentes grupos, o que justifica sua relação com o conceito de garantia do usuário.

O *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies* descreve garantia de usuário como a

[...] justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de pedidos frequentes de informação sobre o conceito ou buscas livres sobre o termo feitas pelo usuário de um sistema de armazenamento e recuperação da informação. (ANSI/NISO, 2005, p.10)

Nesse sentido, é compreensível que as informações que se pode adquirir do usuário sobre suas necessidades informacionais, desde os assuntos que procura até a forma como executa a busca, sejam utilizadas com o objetivo de garantir eticamente sua experiência com o sistema.

Assim, a garantia do usuário, de acordo com Beghtol (2002, p. 511), supõe a colaboração dos usuários no desenvolvimento de um sistema de organização da informação. Para a autora, a garantia do usuário está contida na garantia cultural na medida em que os usuários podem ser vistos como representantes de uma ou mais culturas.

Nesses termos, Beghtol (2005) coloca a hospitalidade cultural como uma base conceitual para a elaboração de uma garantia ética para sistemas de organização e representação do conhecimento, destacando o fato de que o conceito de hospitalidade também é afetado pela ideia de neutralidade que permeia as atividades relacionadas à organização e representação do conhecimento.

Na sua visão, entretanto, o conceito de hospitalidade cultural enquanto uma garantia ética recontextualiza a ideia de neutralidade e propõe um “debate informado” sobre questões éticas através do acesso igualitário à informação (produção e disseminação). Deste modo, a

hospitalidade cultural pode ser o elemento unificador de uma garantia ética para projetos nos quais o pluralismo cultural é elemento relevante.

## **8 VISIBILIDADE CRÍTICA**

Sistemas de organização do conhecimento impõem uma visão de mundo e são impregnados com valores éticos e políticos que, via de regra, se apagam sob a presunção de neutralidade e universalidade.

Como colocam Bowker e Star,

[...] esses sistemas são criadores ativos de categorias no mundo assim como emuladores de categorias existentes. Lembrando disso, nos mantemos abertos e podemos explorar espaços para mudança e flexibilidade que estariam de outro modo perdidos. (BOWKER; STAR, 2000, p.321)

O aspecto ético no processo de classificação em sistemas de organização do conhecimento é apontado por Olson como essencial na elaboração de instrumentos de organização e representação do conhecimento e da informação, de forma a garantir que tais instrumentos sejam mais capazes de cumprir sua tarefa de modo menos essencialista e totalizante. Com o objetivo de tornar esses sistemas mais permeáveis, Olson propõe o estabelecimento de uma relação ética com o outro através da “[...] adoção de uma postura ativa criando-se espaços em nossos limites para as vozes dos que foram excluídos”. (OLSON, 2001b, p. 659)

Capurro (2010) amplia o espaço de discussão da questão ética para todas as tecnologias da informação e da comunicação ao destacar o fato de que tais tecnologias, embora estejam se tornando parte integral da vida das sociedades do mundo desde o século XX, são criadas, distribuídas e gerenciadas de modo desigual entre essas sociedades. Aponta para a necessidade da criação de espaços de reflexão que permitam a manifestação democrática das culturas do mundo.

O autor propõe um questionamento do *ethos* comunicacional e informacional, alterado num contexto de globalização acelerada pela evolução cada vez mais rápida das novas tecnologias da informação e da comunicação. Esse contexto digital implica questões tais como a privacidade, o acesso livre ao conhecimento, o direito de expressão, questões de identidade, excesso informacional e outros.

Através de suas políticas, as instituições que desenvolvem atividades de tratamento da informação têm papel preponderante no processo de inclusão/ exclusão/ criação/ marginalização de conhecimentos. Contudo, tais políticas sem sempre são colocadas de maneira evidente para o usuário, que se encontra diante de um sistema de organização e

representação do conhecimento e da informação sem ter noção de seus processos constitutivos.

A questão da ética informacional se torna exponencialmente mais complexa na medida em que o contato entre culturas se torna mais frequente e intenso no mundo atual. Como já expressou Beghtol (2002, p. 517), a expansão das tecnologias da informação apresenta dificuldades éticas para o desenvolvimento de sistemas de organização e representação do conhecimento por que precisam se basear em garantias culturais conflitantes.

Na mesma medida, a construção de sistemas de organização e recuperação da informação e do conhecimento deve lidar com desafios éticos cada vez mais complexos. Ou, como escreve Capurro:

O essencial é aquilo que está entre as culturas. Os fenômenos, amiúde violentos, de exclusão cultural são um indício de que um ethos cultural perdeu contato com a fonte comum, fechando-se em si mesmo, incapaz de redefinir suas fronteiras tomando novos elementos como base para processos comunicacionais e informacionais abertos. (CAPURRO, 2010, p.15)

As garantias, a hospitalidade e a ética informacional são elementos que dialogam nesse espaço invisível /visível entre as culturas.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ética na organização e representação do conhecimento na atualidade está imbricada no contexto da diversidade cultural e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Tal contexto teve impacto profundo nos processos e produtos relacionados à produção, disseminação e acesso à informação e ao conhecimento. Os espaços estão mais próximos (instituições estão interligadas a ponto de serem várias e uma ao mesmo tempo) e os tempos estão acelerados (há condições para que o acesso a uma determinada informação ocorra em segundos, quando antes demoraria dias). Os usuários, que frequentemente se restringiam aos habitantes de uma localidade, com poucas exceções, hoje podem ser de localidades as mais diversas, utilizando-se dos serviços de uma determinada instituição tanto presencialmente quando a distância.

Sob a luz desse contexto, as noções de universalidade, neutralidade e invisibilidade de sistemas de organização do conhecimento são questionadas pelas abordagens teórico-metodológicas que trabalham para o desenvolvimento de sistemas comprometidos com a ética (intercultural) da informação.

Nesse cenário, a garantia cultural, a garantia ética e a hospitalidade cultural se apresentam como os eixos conceituais de destaque, nos quais a questão ética é elemento de

base, porém carecem de análise crítica no contexto informacional vigente.

A literatura analisada indica diversas instâncias nas quais os conceitos acima podem atuar na elaboração de sistemas de organização da informação permeáveis às questões culturais e éticas. A continuidade da pesquisa está voltada para a identificação propostas de aplicações concretas para a construção de sistemas de organização do conhecimento que deem conta, em maior ou menor grau, dos desafios éticos que se apresentam para a Organização e Representação do Conhecimento na atualidade.

## REFERÊNCIAS

ANSI/NISO. **Z39.19-2005 (R2010): Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies**. Bethesda, MD: NISO Press, 2005.

BARBOSA, Alice P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

BEGHTOL, Claire. A proposed ethical warrant for global knowledge representation systems. **Journal of Documentation**, v. 28, n. 5, p. 507-532, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410210441>>. Acesso em: 18 out. 2015.

BEGHTOL, Claire. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.20184/references>>. Acesso em: 18 out. 2014.

BEGHTOL, C. Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. **Library Resources and Technical Series**, v. 30, n. 2, abr./jun. 1986. Disponível em: <<http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv30no2.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan L. **Sorting things out: Classification and its consequences**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. **Conferencia inaugural en el I Simpósio Brasileiro de Ética da Informação**, João Pessoa, 18 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 21 maio 2015.

CUNHA, Murilo B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *TransInformação*, Campinas, v. 18 n. 2, p.103-112, maio/ago., 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/672>> Acesso em: 17 mai. 2015.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Declassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p.5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475/455>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

GNOLI, Claudio. Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization** vol. 35, n. 2/3, p. 137-149, 2008. Disponível em: < <http://www-dimat.unipv.it/gnoli/gnoli2008b.pdf> > Acesso em: 11 set. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Los valores éticos en Organización y Representación del Conocimiento (ORC). In: RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca; ALVITE DÍEZ, M<sup>a</sup> Luisa (Ed.). **La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico: actas del VIII Congreso ISKO-España**. León: Universidad de León, 2007. p. 77-89. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2532816>> Acesso em 11 set. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 25, p. 124-135, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124>> Acesso em: 11 set. 2015.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: < [https://is.muni.cz/el/1421/podzim2008/VIKMA13/um/6341865/Hjorland\\_-\\_What\\_is\\_Knowledge\\_Organization.pdf](https://is.muni.cz/el/1421/podzim2008/VIKMA13/um/6341865/Hjorland_-_What_is_Knowledge_Organization.pdf) > Acesso em: 22 ago. 2015.

MAI, Jens-Erik. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, 2013, p. 242-253. Disponível em: < [http://jenserikmai.info/Papers/2013\\_Ethics.pdf](http://jenserikmai.info/Papers/2013_Ethics.pdf)> Acesso em: 18 set. 2015.

MARCONDES, Danilo. Apresentação: sentido e relevância da ética. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 9-15.

OLSON, Hope A. Classification and universality: Application and construction. **Semiótica**. n. 139, p. 377–391, 2002. Disponível em: < [10.1515/semi.2002.031](http://10.1515/semi.2002.031)> Acesso em: 22 set. 2015.

OLSON, Hope A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, v. 45 n. 3, 2001a. Disponível em: <[http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462\\_readings/olson\\_2001.pdf](http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/olson_2001.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLSON, Hope A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. **Signs**, The University of Chicago Press, v. 26, n. 3 p.639-668, 2001b. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3175535>>. Acesso em: 22 set. 2015.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

SAYERS, W. C. B. **Introduction to Library Classification**. London: Grafton & Co., 1922.

SMIRAGLIA, R. P. **The Elements of Knowledge Organization**. Milwaukee: Springer, 2014.